

Do espaço estratégico ao urbano possível: (contra) tempos do direito à cidade

Adriano Botelho

do Ministério das Relações Exteriores – Brasília – Brasil
abot@usp.br

Resumo: O presente artigo tem como tema as relações entre o modo capitalista de produção contemporâneo e a urbanização global da sociedade. Seu objetivo é interpretar, a partir das noções de “revolução urbana” e “direito à cidade”, propostas por Henri Lefebvre, algumas das transformações do urbano no contexto de crise e reestruturação do modo de produção capitalista das últimas décadas, reestruturação que possui importantes relações com a sociedade, a política, o espaço, a cultura e o cotidiano. Nesse sentido, se discutirá o papel da cidade como mediação entre o que Lefebvre chamou de ordem distante (aquela do capital global e do Estado) e a ordem próxima ou imediata (aquela do cotidiano, das relações interpessoais), considerando a possibilidade do ressurgimento da cidade como lugar estratégico da luta por uma outra “realidade possível” (utopia), possibilidade aberta pela urbanização da sociedade e, igualmente, pela crise do capitalismo.

Palavras-chave: Direito à cidade, urbanização, capitalismo, utopia.

INTRODUÇÃO

The right to the city is, therefore, far more than a right of individual or group access to the resources that the cities embody: it is a right to change and reinvent the city more after our heart's desire. (David Harvey, Rebel Cities).

As recentes manifestações no Brasil e na Turquia, os protestos estudantis em Santiago por uma educação pública e gratuita, a mobilização na Praça Tahir no Cairo, marchas multitudinárias em Hong Kong pedindo “uma pessoa, um voto”, os “ocupas” de Wall Street e os “indignados” europeus, têm em comum, apesar da aparente diversidade de demandas e de contextos sócio-econômico-políticos, a apropriação do espaço público para fazer visível o protesto e o descontentamento frente o Estado. Nos casos acima mencionados, que não esgotam a lista de movimentos de reivindicação social e política contemporâneos, a cidade ressurgue como local de luta e conflito¹ (que não se confunde com violência generalizada), mas também de reunião e potencialização de demandas.

¹ A história da cidade é marcada por conflitos entre grupos e pela luta de classes, que em certos momentos se concretizam em revoltas e rebeliões contra o poder constituído. Ver, por exemplo, o caso de Florença no

A urbanização da sociedade, a maior intensidade de fluxos de pessoas, ideias, informações, capitais e mercadorias, cujo ritmo adquire maior intensidade a partir das últimas décadas do século passado, bem como a “compressão espaço-temporal” (Harvey, 1993), configuram elementos da transformação da sociedade mundial, no sentido da conformação da ainda incompleta “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 1999).

O presente artigo tem como tema as relações entre o modo capitalista de produção contemporâneo e a urbanização da sociedade. Seu objetivo é interpretar, a partir das noções de “revolução urbana” (Idem) e “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1968), algumas das transformações do urbano no contexto de crise e reestruturação do modo de produção capitalista das últimas décadas, reestruturação que possui importantes relações com a sociedade, a política, o espaço, a cultura e o cotidiano. Ou seja, se buscará entender o papel da cidade como mediação entre o que Lefebvre (1968) chamou de ordem distante (aquela do capital global e do Estado) e a ordem próxima ou imediata (aquela do cotidiano, das relações interpessoais).

De acordo com a interpretação aqui proposta, o conceito de “revolução urbana”² relaciona-se com um processo de transformação das forças produtivas e relações de produção, - da mesma forma que foram as revoluções agrícola, comercial e industrial -, com profundas inter-relações com mudanças sociais, espaciais, políticas e culturais do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, não se trata somente de “um momento” da ação política, como a Revolução Francesa ou a Revolução de Outubro de 1917, mas sim a transformação da cidade e do urbano em elementos essenciais, não somente para a acumulação e reprodução do capital, cada vez mais incorporados à dinâmica financeira do capitalismo de fins do século XX e início do XXI, mas também como possibilidade de transformação da sociedade capitalista em “algo distinto”. A crise do capital - ou seja, as dificuldades crescentes para a reprodução das relações de produção no capitalismo contemporâneo - mantém inter-relações cada vez mais emaranhadas com o processo de produção do espaço urbano e com a urbanização da sociedade, o que abre perspectivas de mudanças baseadas nas demandas e ações da população que se mobiliza em diferentes partes do planeta.

Dessa forma, no contexto em que a produção do espaço, e particularmente a produção do espaço urbano, adquire importância estratégica para a acumulação do capital,

século XIV descrito por Arrighi (1996, especialmente o Capítulo 2) e de Paris durante a Comuna, em 1871, analisado por Harvey (2005, particularmente o Capítulo 17).

² Segundo Lefebvre (1993, p. 19), “utilizando-se as palavras “revolução urbana”, designamos o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, prorrogação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano”.

o processo de urbanização da sociedade corre o risco de continuar sendo orientado pelas exigências “da operação da lei capitalista do valor no mercado mundial” (HARVEY, 2012, p. 123). Tal como em algum momento da História se buscou orientar o processo de industrialização para a conformação de uma sociedade distinta daquela produzida pelo livre jogo do mercado e pela exclusiva determinação das leis da concorrência e do valor, a noção de “revolução urbana” demanda um pensamento que busque orientar o processo de urbanização para a conformação de uma sociedade menos desigual e mais democrática.

O direito à cidade é, portanto, uma possibilidade que surge com a “revolução urbana”. Direito à cidade ressurgir, em meio à urbanização do planeta, como força política da parcela menos privilegiada de seus moradores, de voltar a ser mais o espaço da convivência e menos o da reprodução do capital e do poder do Estado, ou seja, da retomada do predomínio do “valor de uso sobre o valor de troca” e da “obra sobre o produto” (LEFEBVRE, 1968). Até o momento, há de se reconhecer que pouco se avançou nessa direção. No entanto, a “revolução urbana” é um processo complexo e a “sociedade urbana” ainda está em gestação, não tendo desenvolvido ainda toda a sua potencialidade. Trata-se de um “objeto virtual” (LEFEBVRE, 1999), cujas possibilidades de realização são múltiplas. Daí a importância de retirá-lo do domínio exclusivo das leis do valor do mercado, que já se mostraram, ao longo do processo de industrialização, insustentáveis em termos sociais e ambientais.

Segundo Lefebvre, escrevendo em fins da década de 1960:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1968, p.125).

O movimento recente de mobilização voluntária e espontânea das massas pode ser compreendido no bojo da luta por um direito que se torna essencial com o processo de urbanização da sociedade: o direito à cidade. Daí a importância desse conceito, que ganha visibilidade com justas demandas de grupos sociais e frações de classes que reivindicam mobilidade urbana, melhor educação e saúde, liberdade de expressão cultural, etc. No entanto, somente uma “reforma urbana” integral, ousada e criativa – isto é, não dominada pela tecnoburocracia estatal ou privada –, poderá contribuir para uma efetiva reforma da sociedade que leve em conta as necessidades e os desejos de seus moradores (LEFEBVRE, 1968). Entender as forças subjacentes às transformações sócio-político-culturais e espaço-temporais do capitalismo contemporâneo torna-se, portanto, fundamental para explicar a “revolução urbana” e suas consequências para a mobilização social.

Nesse sentido, como forma de delimitar um pouco o objeto de análise, o foco principal do presente texto são as transformações no modo de produção capitalista em suas relações com o urbano. Assim, sua primeira parte trata especialmente dessas transformações no capitalismo contemporâneo. A segunda parte, por sua vez, tem como objeto o urbano em suas relações com o processo mais amplo de reestruturação do capital, destacando a urbanização que corresponde à fase do capital *global e financeirizado*. Por fim, são apresentadas as considerações finais do presente trabalho, quando se discutirá a possibilidade do ressurgimento da cidade não somente como local dos conflitos e reivindicações das massas, mas como elemento estratégico da luta por uma outra “realidade possível”, possibilidade aberta pela urbanização da sociedade e, igualmente, pela crise do capitalismo contemporâneo.

O CAPITALISMO GLOBALIZADO E FINANCEIRIZADO: EXCESSO DE CAPITAL E EXCESSO DE FORÇA DE TRABALHO.

Como afirmou Giovanni Arrighi (1996), escrevendo no início da década de 1990, algo de fundamental parece haver se modificado no modo como funciona o capitalismo no último quarto do século XX. À crise da década de 1970 seguiu-se a “reestruturação e reorganização” da década de 1980. Apesar de momentos de crescimento e certa euforia em parte da década de 1990 e do início do século XXI, já não se tem tanta certeza de que a crise do capitalismo tenha sido superada e se começa a difundir a visão de que a história do capitalismo esteja num momento decisivo³.

Uma característica fundamental do modo de produção capitalista contemporâneo é a sua crescente complexificação e financeirização, em um contexto em que se torna cada vez mais difícil manter a taxa sustentada de crescimento global necessária para sua acumulação e reprodução ampliada⁴. De acordo com David Harvey:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo de vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis. (HARVEY, 1993, p. 307)

³ Ver, por exemplo, Harvey (2012), Ziszeck (2012) e Badiou (2012).

⁴ Harvey assume que haveria certo consenso entre economistas de que uma economia capitalista “saudável” deve crescer a uma taxa de 3% ao ano para garantia da obtenção de lucro razoável e de acumulação de capital em níveis satisfatórios.

Por longos períodos, o excedente de capital e o excedente de força de trabalho convivem sem que possam ser combinados para a geração de riqueza. Ainda segundo Harvey (2011), a manutenção da taxa média de crescimento ponderado de 3% do capital em nível global requer uma nova base de formação de lucro e de absorção do excedente de capital⁵, que envolveria maiores sacrifícios da parcela trabalhadora da população em benefícios dos detentores e/ou gestores dos recursos de capital e da propriedade.

A complexificação do capital - em termos de dispersão geográfica, logística, gerenciamento e comercialização - e sua financeirização tornam o sistema crescentemente instável e sujeito a crises, que de aparentemente esporádicas, tornam-se cada vez mais perenes. Desde 2008, por exemplo, a economia mundial apresenta baixas taxas de crescimento global, períodos de recessão, bem como altos níveis de desemprego e de trabalho precário em países economicamente “desenvolvidos”.

Ao mesmo tempo em que se desvanece a ilusão de que a natureza pode ser controlada e transformada em simples meio de produção, tendo em conta a barreira colocada pela degradação ambiental para a reprodução não só do capital, mas também da própria humanidade, o sistema econômico, paradoxalmente criação humana, autonomiza-se e também, como a natureza primeira, se apresenta como incontrollável, - uma nova “segunda natureza” -, obedecendo a “leis próprias”, ocultas ao entendimento pelo bom senso. As crises financeiras são tratadas pela classe política dirigente, pelos meios de comunicação hegemônicos e por parte dos especialistas econômicos como catástrofes naturais, cuja causa sempre é diagnosticada “a posteriori”, ou seja, após os imensos e cada vez maiores estragos feitos na economia real, no emprego e na parcela da riqueza detida pela classe trabalhadora. Não obstante, a ideologia dominante recusa-se a aceitar o mínimo de regulação externa, ficando pé na crença da autorregulação dos mercados.

Com a crise dos países capitalistas da década de 1970, um novo conjunto de estratégias interligadas de reprodução do capital passou a tomar forma. Problemas de rigidez nos mercados, nos investimentos, nas formas de produzir e nas relações entre o capital e o trabalho passaram a emperrar a acumulação do capital, marcada por duas décadas de crescimento vigoroso no pós-Segunda Guerra. Medidas de flexibilização das atividades no interior das fábricas, de liberalização dos mercados financeiros, de

⁵ De acordo com dados sobre a economia mundial elaborados por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial, a previsão de crescimento econômico para os próximos anos dos países “ricos” se situará abaixo dos 3% mencionados por Harvey, prolongando situação que se arrasta desde a crise econômica e financeira de 2008. Os países chamados “emergentes” apresentarão taxas de crescimento mais elevadas, entre 4,5% e 5%, que não será suficiente, entretanto, para elevar a taxa global do capitalismo acima dos 3%. Estudos recentes sugerem que a economia chinesa, um dos “motores” do crescimento dos países “emergentes”, deverá desacelerar seu crescimento para uma faixa entre 6% e 7% a.a no futuro, alguns pontos percentuais abaixo da média de crescimento registrada nos últimos anos.

desregulamentação da economia (com especial desmantelamento das regulamentações do mercado de trabalho), uniram-se ao fim dos compromissos historicamente assumidos entre o Estado, o capital corporativo e os sindicatos nos países economicamente “desenvolvidos”.

A competição inter-capitalista, por um lado, e o histórico conflito entre o trabalho e o capital, por outro, estimularam a adoção de inovações tecnológicas (automação) e gerencias por parte das empresas a fim de diminuir os postos de trabalho e a dependência do capital com relação à mão de obra. Adotou-se uma série de novas tecnologias “esmagadoramente de capital intensivo e (e a não ser por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão de obra e até mesmo a substituíam” (HOBSBAWM, 1996, p. 261). Desde então, observa-se migração geográfica e setorial do emprego (principalmente para o setor de serviços, com média salarial mais baixa), acompanhada pela precarização do mercado laboral e pela transformação de uma imensa massa de indivíduos em “excedente”, não mais necessário para a acumulação do capital. Nesse sentido, reafirma-se o fenômeno recorrente (e agora amplificado) no qual o “capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores” (MARX, 1989, Livro 1, Vol. II, p. 732).

Ao lado da criação do excedente de mão de obra, cujo papel de consumidor não é, entretanto, descartado para a acumulação capitalista, se dá o processo de elevação da composição orgânica do capital ao longo do tempo, ou seja, há uma “diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” (Idem, Vol. I, p. 723). Há, nesse sentido, tendência de aumento crescente do capital constante (meios de produção, assim como os objetos de produção) em relação ao capital variável (a força de trabalho), cuja consequência imediata seria a queda “na taxa geral de lucro, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital” (MARX, 1989, Livro 3, Vol. IV, p. 242).

O capital busca, então, para salvar sua rentabilidade, ampliar o grau de exploração do trabalho, através da precarização das condições laborais e do rebaixamento de salários, algo que ocorre tanto no interior de áreas já consolidadas do capitalismo avançado, como em áreas de expansão geográfica da produção industrial, como é o caso da China e de áreas do Sudeste Asiático (movimento que configura a “globalização produtiva” contemporânea). Dessa forma, “desde a década de 1970 a tendência é o aumento da mobilidade geográfica do capital. Isso está estreitamente associado a mudanças na organização dos processos de produção e de troca” (ARRIGHI, 1996, p. 1).

Por outro lado, tendo em conta a necessidade de reprodução do capital nesse contexto de elevação de sua composição orgânica, cresce a importância do que Harvey (2012) chama de “acumulação por despossessão”, realizada por meio de uma série de operações predatórias de extração de parte da minguante da riqueza social em poder da população de menores rendimentos (cujo número é crescente nos países chamados “desenvolvidos”) por parte de setores do capital financeiro, imobiliário e comercial. Alguns exemplos desse mecanismo de expropriação, atualizado por Harvey, mas já delineado por Engels em “A situação da classe operária na Inglaterra”, seriam, entre outros: o sistema de crédito ao consumo para as camadas médias e de menores rendimentos baseada em elevadas taxas de juros, acima da “taxa média” do mercado; o comércio de massa dominado por grandes redes e voltado para uma população trabalhadora empobrecida; e a dificuldade de acesso à moradia, intermediada pelo aluguel ou por financiamento bancário de alto risco para o tomador do crédito.

A crise capitalista, que se manifesta na dificuldade para crescer globalmente a uma taxa de 3% anual, é, portanto, expressão da superacumulação de capital, sendo “exato e correto afirmar que a superprodução é apenas relativa, e o modo capitalista de produção é por inteiro modo relativo de produção, com limites que não são absolutos (...). Não se produz riqueza demais. Mas a riqueza que se produz periodicamente é demais nas formas antagônicas do capitalismo” (MARX, 1989, Livro 3, Vol. V, p. 295 - 96). A riqueza social produzida em contexto de concentração de renda e precarização das condições de trabalho e emprego toma a forma aparente de produção em excesso de mercadorias e serviços e de superacumulação de capital. O crédito e o capital fictício, instrumentos para garantir o consumo das camadas de rendimentos médios e baixos, tornam-se elementos fundamentais para garantir o funcionamento, altamente instável, do sistema⁶.

Segundo Arrighi (1996), haveria alternância entre momentos de expansão material e fases de renascimento e expansão financeira. Os dois momentos configurariam, em conjunto, o que ele chama de “ciclo sistêmico de acumulação”. Nesse sentido, a acumulação capitalista estaria, desde meados da década de 1980, na fase financeira do ciclo sistêmico proposto por aquele autor. Dessa forma, o capital (os diversos capitais individuais considerados em conjunto) teria por objetivo desenvolver formas alternativas de investimento, baseadas em instrumentos financeiros altamente complexos e voláteis.

⁶ As receitas para enfrentar a crise contemporânea em países da zona do Euro, por exemplo, baseadas na austeridade fiscal (isto é, cortes em gastos sociais) e corte generalizado do crédito, acentuam o problema, cuja causa é a incapacidade estrutural do sistema em remunerar o dignamente o trabalho e garantir, ao mesmo tempo, a competitividade do capital. Pratica-se a destruição da riqueza em países como Grécia, Chipre, Espanha e Portugal, mas pouco se debate sobre maneiras de sua redistribuição.

Os novos sistemas financeiros implementados a partir daquela década mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema bancário e financeiro, em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal (HARVEY, 1993). O capital financeiro passou a ser, então, um fator decisivo nas estratégias de reprodução do capital. Ao lado da explosão de novos instrumentos e produtos financeiros, observou-se o incremento dos valores transacionados no mercado financeiro mundial⁷.

As condições políticas para a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros (mas também comerciais, de investimentos externos diretos e de trabalho) foram reunidas, em primeiro lugar, nos Estados Unidos de Ronald Reagan e no Reino Unido de M. Thatcher, com a chamada “revolução conservadora” (CHESNAIS, 1997), como resposta ao fracasso das políticas keynesianas de retomada da demanda, à estagflação do final da década de 1970 e à vontade de acabar com as condições que ainda permitiam aos assalariados defenderem seu poder de compra e suas conquistas sociais.

Dessa forma, há estreita relação entre complexificação e financeirização do capital, por um lado, e a crise econômica e social que atinge grande parte do modo de produção capitalista contemporâneo, por outro, confirmando a famosa afirmação de Marx, para quem a “barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital” (MARX, 1989, Livro 3, Vol. V, p. 287). A superação da barreira imposta pela superacumulação do capital envolve a via temporal, através do mercado financeiro, que transfere para o futuro a impossibilidade presente de realização do valor; e a espacial: i) por meio da transferência da produção para novas áreas mais propícias à exploração da força de trabalho, e/ou ii) pela ação dos capitalistas no mercado imobiliário, que configuraria, para Lefebvre (1993), o “segundo circuito” da economia⁸.

⁷ O peso do capital financeiro na maior economia do planeta, a dos Estados Unidos, é ilustrativo de sua importância e magnitude no modo de produção capitalista contemporâneo. Segundo o informe “Financial Crisis Inquiry Report” do Congresso norte-americano (FINANCIAL CRISIS INQUIRY COMMISSION, 2011), em 2006, os lucros do setor financeiro nos Estados Unidos representavam 27% do total de lucros auferidos por todas as corporações do país. No mesmo sentido, estima-se que atualmente os fluxos financeiros internacionais seriam dezenas de vezes superiores ao volume de recursos gerado pelas trocas comerciais entre os países do globo. O documentário “Inside Job”, de Charles Ferguson, apresenta de maneira didática o crescimento do setor financeiro nos Estados Unidos a partir da década de 1980, bem como os principais instrumentos financeiros utilizados para a reprodução do capital pelo mecanismo abreviado D-D’.

⁸ Lefebvre (1993), em “A Revolução Urbana”, publicada em 1970, trabalha com a noção do imobiliário como “segundo circuito” da economia. Apesar de reconhecer sua importância, acaba por considerá-lo como uma distorção do funcionamento da acumulação do capital, hipertrofiado em países capitalistas “atrasados”. Em texto de 1972, “O espaço, a produção do espaço, a economia política do espaço”, entretanto, reconhece importância “central” do imobiliário para o capitalismo, “por se tratar de indústria nova, menos submetida aos entraves, saturações, dificuldades diversas que freiam as antigas indústrias” (LEFEBVRE, 2008, p. 118). Abandona, nesse texto, a ideia do imobiliário como “circuito secundário” subordinado e “malsão”. Para aquele autor, a função do imobiliário oscilaria entre “uma função subordinada de retomada econômica, um função diversionista, uma função de regulação, uma função dominante. De acordo com os momentos, os

No capitalismo contemporâneo, o mercado financeiro foi capaz de unir as duas vias (temporal e espacial) em uma série de produtos, que durante os últimos anos tornaram-se essenciais para a formação de riqueza fictícia nos países mais ricos, como os “collateralized debt obligations” (CDOs), instrumentos financeiros baseados em obrigações financeiras de terceiros, com importante componente de créditos hipotecários.

Dessa forma, nas últimas décadas, uma das estratégias do capital para manter seu ritmo de acumulação foi a “dominação do espaço” pela incorporação da produção imobiliária nas tramas de reprodução do valor por meio do mercado financeiro. A produção e o consumo do espaço passam a ser, dessa forma, elementos estratégicos para a acumulação do capital, acumulação que é cada vez mais dependente dessa produção e desse consumo (LEFEBVRE, 1999). O imobiliário e a produção mais ampla do espaço urbano deixam de ser ramos anexos e circuitos secundários do capital industrial e financeiro “para passar ao primeiro plano. Ainda que *desigualmente* (o que se refere à grande lei, bastante conhecida, do desenvolvimento desigual” (LEFEBVRE, 2008, p. 126). Segundo Harvey, a produção do urbano, onde vive a maior parte da população mundial hoje, “tornou-se mais estreitamente entrelaçada com a acumulação do capital, até o ponto em que é difícil se extirpar uma da outra” (HARVEY, 2011, p. 146). Essa produção do espaço urbano e sua utilidade para a acumulação do capital é o tema do próximo item.

O URBANO CONTEMPORÂNEO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO ESTRATÉGICA PARA A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL.

O espaço, ao longo da história do modo de produção capitalista, integrou-se, lentamente, aos circuitos de valorização do capital: a mercantilização da terra, em um primeiro momento, foi seguida pelo seu parcelamento (pelo loteamento ou pela verticalização), e mais recentemente, pela sua crescente inclusão nos circuitos de valorização do capital financeiro. Como Lefebvre já havia chamado a atenção, ainda no início da década de 1970, produção do espaço, sobretudo do espaço urbano, passa a ser um elemento estratégico para a acumulação do capital. Segundo aquele autor, “o capitalismo se manteve pela conquista e integração do espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 153).

Estratégico porque não se trata somente do setor da construção ou da produção imobiliária, que por si já são setores cada vez mais importantes para geração de valor (e instabilidade) no modo de produção capitalista, mas porque a “aglomeração urbana” (LEFEBVRE, 2008) fornece os múltiplos serviços necessários para a acumulação do

países, etc.” (Idem). A perspectiva aqui adotada, que não deixa de ser baseada nos trabalhos seminais sobre o urbano e o espaço do filósofo francês, é a de que o imobiliário e a produção do espaço urbano, ao se fundirem com o capital financeiro, tornam-se elementos de vanguarda da acumulação capitalista contemporânea.

capital. “Há, na cidade moderna, um verdadeiro consumo produtivo do espaço, dos meios de transportes, das edificações, das vias e ruas” (Idem, p.155). E também porque é no espaço urbano que se reproduz a maior parte da força de trabalho, despossuída de quase tudo, aspecto fundamental para a reprodução das relações de produção do capitalismo. O espaço torna-se, portanto, instrumental ao capital.

O conceito de “cidade global”, apesar das distorções do marketing e da competição intermetropolitana, é revelador da importância do urbano para a reprodução do capital contemporâneo. Segundo Saskia Sassen, pioneira na formulação do conceito de cidade global:

As cidades globais são centros para o serviço e o financiamento do comércio, o investimento e as operações dos escritórios centrais internacionais. Isto quer dizer que a multiplicidade de atividades especializadas que existem nas cidades globais é crucial na valorização – de fato, sobrevalorização – dos setores líderes do capital atualmente. Nesse sentido, tais cidades são locais de produção estratégicos para os setores líderes da economia atual. (SASSEN, 1998, p. 19).

Não se trata, entretanto, de um campo para ação do capital livre de contradições e limites. Sassen (1998) reconhece que as cidades “globais” são também lugares para as contradições da internacionalização do capital, e, mais geralmente, são o terreno estratégico para uma grande série de conflitos e contradições. As cidades globais concentram parte desproporcional do poder corporativo global e são um dos locais chave para a valorização do capital. Mas também concentram uma parte desproporcional dos desfavorecidos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que:

As cidades capitalistas não são apenas locais para as estratégias da acumulação do capital; elas são também arenas onde os conflitos e contradições associados com as estratégias histórica e geograficamente específicas de acumulação se expressam e são disputadas (BRENNER, MARCUSE & MAYER, 2012, p. 1)⁹.

Para o entendimento da produção do espaço, sobretudo do espaço urbano, deve-se levar em consideração o monopólio de uma classe, o que exclui principalmente os pobres da propriedade fundiária (HARVEY, 1980) e do centro (entendido como centro político e econômico). Isso porque, a classe que detém a maior parte dos recursos, pode, através do dinheiro, ocupar, modelar, fragmentar o espaço da forma que melhor lhe convém. A maximização dos valores de troca produz benefícios desproporcionais para alguns grupos e diminui as oportunidades para outros. Ao mesmo tempo, o espaço edificável, antes

⁹ Capitalist cities are not only sites for strategies of capital accumulation; they are also arenas in which the conflicts and contradictions associated with historically and geographically specific accumulation strategies are expressed and fought out.

abundante, torna-se raro nas áreas próximas à centralidade, tornando-se alvo de uma “especulação furiosa” (LEFEBVRE, 2008, p. 153).

Por outro lado, o espaço é tratado pelos construtores e promotores imobiliários de maneira a torná-lo homogêneo. Trata-se de premissa para sua comercialização, uma vez que o espaço homogêneo é passível de ser quantificado e fragmentado¹⁰. E o imobiliário, por sua vez, “mobiliza-se” por meio do dinheiro e do capital financeiro.

A predominância atual do financeiro nas estratégias de acumulação capitalistas tem a produção do espaço como uma das condições de sua realização (CARLOS, 2004). São exemplos desse espaço homogêneo, produzido em consonância com o capital financeiro, a construção de shopping centers, empreendimentos de turismo e lazer, centros empresariais, grandes condomínios verticais e horizontais, cadeias de hotéis, etc. Igualmente, grandes operações de rearranjo espacial são levadas a cabo pelo Estado em parceria com o capital com a finalidade de criar novos espaços que sirvam à lógica de circulação e realização do valor.

Da mesma forma que o capital “imobiliza-se no imobiliário”, o ambiente construído e o solo, de bens imóveis passam a ser “bens móveis”, que circulam através dos títulos de propriedade que a cada momento podem ser transformados em dinheiro. Para que possa haver um valor de troca do espaço, é necessário que haja também intercambiabilidade de frações desse espaço, que é conseguida através do fracionamento e homogeneização do espaço (a produção de “células” intercambiáveis). Nesse sentido, a transformação da propriedade em um título negociável (“securitizado”) no mercado financeiro assume importante papel no circuito de valorização do capital contemporâneo, incorporando, nesse circuito, a renda fundiária urbana.

A constituição de fundos de investimentos imobiliários, a securitização de propriedades e os títulos derivados de contratos hipotecários são, como visto anteriormente, importantes elos de ligação entre o capital financeiro e o imobiliário. Os fundos de investimento têm por objetivo reunir capital para a realização de novos projetos, geralmente de uso misto e de alto padrão, ou compra de imóveis “bem localizados” para extração da renda por eles gerada¹¹. A securitização, por sua vez,

¹⁰ À dimensão utilitária do espaço, que o torna um valor de uso para a sociedade, se sobrepõem determinações históricas da produção e da reprodução social, as quais, sob a vigência das relações capitalistas de produção, sintetizam o valor de troca e o valor de uso. O valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso, o que significa que, para se usufruir determinados atributos do lugar é preciso que se realize, antes de tudo, seu valor de troca. Assim, os processos de valorização do espaço passam, necessariamente, pela mercantilização do próprio espaço, mais concretamente pela mercantilização dos lugares (SEABRA, 1988).

¹¹ A importância da localização dos empreendimentos imobiliários intimamente relacionados com o capital financeiro para a extração da renda fundiária é perfeitamente expressa na concepção de pioneiro

transforma a propriedade imobiliária em ativos mobiliários, negociados ou não em bolsa, possibilitando uma mais rápida circulação do capital do setor da construção. Já os derivativos de títulos hipotecários permitem aos originadores desses títulos, após sua venda no mercado, recuperar o valor investido e lançá-lo uma vez mais no sistema financeiro, como crédito para novos tomadores de empréstimos.

Com a criação dos novos instrumentos de captação de recursos financeiros, o poder de intervenção no espaço urbano das empresas do setor imobiliário se amplia, garantindo recursos necessários tanto para a superação da barreira colocada pelos altos preços da terra urbana nas áreas mais valorizadas, quanto para a dispersão do risco de financiamento aos compradores e para a aceleração do tempo de rotação do capital no imobiliário. Abre-se a possibilidade de execução de projetos de maior escala, mais complexos e de uso múltiplo.

Ao modo de produção capitalista contemporâneo - complexificado, globalizado financeirizado e desregulamentado – corresponderia, igualmente, uma escala ampliada de produção do espaço urbano, a fim de absorver o capital excedente gerado e que, como visto no item anterior, encontraria crescente dificuldade em ser alocado produtivamente. Segundo Harvey (2007; 2010; 2012), as reformas de Paris por Haussmann no século XIX, a suburbanização dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra e a urbanização chinesa do início do século XXI seriam exemplos da solução parcial encontrada pelos empreendedores para absorver o superávit de capital existente. Quanto maior o superávit, maior a escala da urbanização necessária, configurando a dispersão urbana dos países chamados “avançados” e também das economias “emergentes”. Trata-se de fenômeno mundial, atingindo, em diferentes momentos, diversas sociedades, mas que não se restringiria a determinações culturais ou geográficas.

Dessa forma, frente à crise econômica das últimas décadas e ao predomínio da ideologia neoliberal, a gestão urbana adquire nova função - não mais restrita à regulamentação das ações do setor privado -, ligada à promoção do crescimento econômico, baseada na atração de investimentos em setores de alta tecnologia, serviços e/ou eventos, como forma de inserir-se em uma lógica global de competição intermetropolitana. Essa postura dos poderes públicos municipais é chamada por Harvey (1996) de “empresariamento urbano”, caracterizado pelo apelo à racionalidade do mercado e baseado na constituição de parcerias entre o setor público e o privado para execução de projetos de atração dos fluxos de investimento e de consumo. No contexto de “competição entra as cidades”, os conselhos dos consultores especializados é o de que o

plano diretor e o zoneamento devem ser descartados por sua rigidez e constrangimentos ao mercado, como nos lembra Carlos Vainer (2013). “Em vez de regulação, negociações caso a caso, projeto a projeto” (VAINER, 2013, p. 38). Dessa forma, na cidade neoliberal:

A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais” (HARVEY, 2013, p. 32)

Os projetos urbanísticos do capital financeiro globalizado têm por objetivo a criação da cidade como cenário, esterilizada, livre de contradições e do perigo, com ruas restauradas e “yuppieficadas”, transformando-se em um “espaço urbano imaginário de um filme da Disney” (HALL, 1996, p. 361). Exemplos de tal “utopia” (perversa) do urbanismo contemporâneo são os projetos (privados, mas que contam com importantes fundos públicos) de remodelação e revalorização financeira de áreas urbanas degradadas, como antigas instalações portuárias (Port Vell em Barcelona, Docklands em Londres, Puerto Madero em Buenos Aires ou o virtual “Porto Maravilha” no Rio de Janeiro) ou fabris.

Atrás de suas às vezes longas histórias como centros para o comércio e o sistema bancário mundiais, as cidades “globais” disputam primazia para atração de investimentos, concorrendo por meio de estratégias agressivas de “city marketing”, com o objetivo de afirmarem-se como “pontos de comando na organização da economia mundial; localizações e mercados chave para as indústrias líderes deste período (finanças e serviços especializados para as empresas); e locais para a produção de inovações nessas indústrias.” (SASSEN, 1998, p. 204).

Mudanças tecnológicas permitem, por sua vez, a dispersão dos empreendimentos residenciais, industriais, comerciais e financeiros, como a compressão do tempo necessário para os deslocamentos, assim como para a aquisição e a comunicação de informações entre as empresas (CHOAY, 2004). A desconcentração de atividades produtivas e de investigação científico-tecnológica também contribui para tornar as áreas dispersas mais atraentes para uma população trabalhadora de nível médio e de alta qualificação. Não obstante, a dispersão espacial da atividade econômica possibilitada pela telemática contribui para expansão das funções centrais do capital se essa dispersão tem lugar sob uma contínua concentração no controle, na propriedade e na apropriação dos lucros que caracteriza o atual sistema econômico (SASSEN, 1998).

Somando-se à dispersão das atividades produtivas e da moradia das camadas de renda média e alta da população, há também a dispersão da sua parcela mais pobre, que é a maioria, confinada em áreas com precária infra-estrutura e de difícil acesso, com graves

problemas de regularização fundiária e gestão administrativa. A população pobre é segregada em áreas mais distantes do tecido urbano disperso ou nos interstícios das áreas centrais das metrópoles contemporâneas, mas que são pouco valorizadas (beira de córregos, encostas, áreas de instabilidade geológica etc.), configurando o “Planeta favela” descrito por Mike Davis (2006). Trata-se da força de trabalho barata utilizada na construção civil, na indústria, no terciário em geral, nos serviços domésticos etc. No caso de países marcados pela iniquidade social (cujo “modelo” segregacionista vem sendo “exportado” para sociedades antes mais igualitárias), a forma na qual a dispersão se materializa se revela ainda mais perversa para a vida urbana: para os mais ricos, a dispersão significa a reclusão em condomínios murados, a dependência do automóvel, o confinamento em shopping centers e o abandono dos centros históricos; para os mais pobres, significa morar em casas auto-construídas, em loteamentos quase sempre irregulares, sem infra-estrutura e equipamentos adequados, distantes das opções de emprego, consumo e lazer.

Nesse contexto urbano, à idéia tão difundida de mobilidade dos fluxos de mercadorias e de hipermobilidade de informações no mundo contemporâneo, se poderia contrapor a virtual “paralisia” de boa parte daqueles obrigados a se deslocarem no interior das grandes metrópoles nos horários de maior trânsito, comprometendo crescentemente o tempo “livre” da maior parte da população urbana no “simples” deslocamento casa-trabalho. Em São Paulo, “o tempo médio de viagens de carro, em 2007, era de 2 horas e 42 minutos. Para um terço da população, esse tempo é de mais de três horas, ou seja, uma parte da vida se passa nos transportes, seja ele um carro de luxo ou num ônibus ou trem superlotado” (MARICATO, 2013, p. 24-25)¹².

Dessa forma, na medida em que o valor de uso subordina-se ao valor de troca e a mercadoria generaliza-se no urbano, a “cidade histórica” tende a ser destruída (LEFEBVRE, 2008). Na medida em que o processo de urbanização se torna genuinamente global, potencializado pela integração dos mercados financeiros internacionais e sua associação com grandes corporações imobiliárias (HARVEY, 2012), a paisagem urbana contemporânea é caracterizada pela proliferação de projetos de alto padrão inspirados em um urbanismo desregulamentado (como as finanças) e excludente; pela degradação de áreas que sofrem processo de desindustrialização derivado da maior mobilidade do capital industrial em direção a áreas com maiores possibilidades de aumento da exploração da

¹² A título de exemplo complementar, podemos citar dados apresentados por Mike Davis (2013) para o sul da Califórnia: motoristas dos subúrbios sacrificariam duas semanas extras de trabalho por ano (75 horas) aos engarrafamentos. O custo anual estimado do deslocamento diário na região de Los Angeles seria de aproximadamente US\$ 9 bilhões (US\$ 1.688 por pessoa).

força de trabalho; pela formação de metrópoles nos países emergentes nas quais as condições habitacionais precárias são a regra para a maior parte da população; e, igualmente, pela proliferação de bolsões de pobreza nos países “economicamente avançados”, marcados pelo desemprego massivo, pelo confinamento dos pobres nos “bairros despossuídos” de recursos públicos e privados e pela estigmatização dos habitantes desses bolsões (WACQANT, 2007).

Como bem sintetiza Harvey (2013, p. 14), a qualidade da vida urbana se tornou uma mercadoria para aqueles com dinheiro, tal como a própria cidade, em um mundo onde o consumismo, o turismo, as indústrias culturais e baseadas no conhecimento, bem como a “economia do espetáculo” se tornaram aspectos predominantes da economia política urbana.

Nesse contexto de crescente segregação, a sociedade urbana emerge como *locus* para novas demandas: “por parte do capital global, que usa a cidade como uma ‘mercadoria organizativa’ mas também por parte dos setores em desvantagem da população urbana, os quais possuem nas grandes cidades uma presença tão internacionalizada como a do capital” (SASSEN, 1998, p. 16).

Segundo Vainer (2013, p.39), a cidade neoliberal aprofundou e agudizou os problemas das cidades dos países em “desenvolvimento”: “favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. Nesse contexto, o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto”.

É, portanto, nesse contexto espacial, em que predomina o valor de troca sobre o valor de uso, marcado pela crise e pelo “excesso” de mão de obra e de capital, pela segregação e pela separação, que (res)surge a possibilidade de contestação da ordem vigente e de luta pela reorientação da “revolução urbana” em um sentido mais igualitário e democrático, com o norte fixo no mais amplo “direito à cidade”¹³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. O URBANO POSSÍVEL: O “DIREITO À CIDADE”.

O desenvolvimento da “revolução urbana” não terá como resultado inequívoco uma sociedade mais igualitária ou democrática. Tampouco fará ressurgir, naturalmente, a

¹³ Lefebvre (2008, p. 149-150), em conferência proferida em 1972, afirma: “Foi pensando nos habitantes dos subúrbios, na segregação, no isolamento, que falei, num livro, do “direito à cidade”. Não se trata de um direito no sentido jurídico do termo, mas de um direito semelhante aos que se encontram estipulados na célebre Declaração dos Direitos do Homem, constitutiva da democracia. Esses direitos jamais são literalmente cumpridos, mas a eles sempre nos referimos para definir a situação da sociedade”.

cidade como obra, apropriada por seus moradores. Para que o processo de urbanização da sociedade possa ser apropriado pela maior parcela possível da população, faz-se necessária uma estratégia, como insistiu Lefebvre em suas obras sobre o tema (1968, 1970, 2008). De acordo com Sassen (1998, p. 17), a “cidade global é um sítio estratégico para os atores em desvantagem porque lhes permite ganhar presença para poder emergir como sujeitos, ainda quando não ganhem poder de maneira direta”. A recuperação da rua e dos espaços públicos por parte daqueles que discordam da atual conformação sócio-econômica-política de distintas sociedades é, portanto, tática espacial fundamental para conferir visibilidade às suas demandas.

Os centros das maiores metrópoles recebem investimentos massivos em bens imobiliários e em telecomunicações, em detrimento das áreas de moradia da parcela da população de baixos rendimentos. Nesse sentido:

O centro agora concentra uma imensa quantidade de poder político e econômico, um poder que descansa na capacidade de controle global e na capacidade de produzir superlucros. E os atores com pouco poder econômico e com um poder político tradicional se tornaram uma forte presença através das novas políticas de cultura e identidade, e uma política transnacional emergente incorporada à nova geografia da globalização econômica. Ambos os atores, cada vez mais transnacionais e em conflito, encontram na cidade o terreno estratégico para suas operações. Mas dificilmente esta seja o terreno de um campo de jogo balanceado.” (SASSEN, 1998, p. 33).

O capitalismo contemporâneo superpõe ao centro econômico o centro de decisão, reunindo não somente as pessoas e as coisas, mas também as informações e o conhecimento (LEFEBVRE, 1968, p. 121). À decisão no âmbito do Estado, soma-se aquela do âmbito das grandes corporações econômicas e financeiras, concentradas nas já citadas “cidades globais”, e o virtual monopólio do desenvolvimento e inovação tecnológicos em alguns pontos privilegiados da rede urbana internacional.

A concentração de poder no centro tem como correspondente o aumento da população trabalhadora pauperizada e que pouco pode participar dos mecanismos de decisão que afetam suas vidas. O emprego formal criado nos países chamados “avançados” e nos “emergentes” concentra-se, em sua grande parte, no setor de serviços, com baixa remuneração. A massa de trabalhadores precários e informais não é mais privilégio das economias “atrasadas”, ao contrário, a intensificação da exploração da força de trabalho reivindica lugar crescente nas economias mais ricas, configurando o que Soja (1993) chamou de “periferalização do centro”. Por fim, há de se destacar a onda de desemprego,

sobretudo jovem, nos países mais seriamente afetados pela crise econômica e financeira internacional que marca o século XXI¹⁴.

Ou seja, ao ter suas funções orientadas primordialmente para a reprodução do capital, “a cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isso quer dizer que ela não é um lugar passivo de produção ou de concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção)” (LEFEBVRE, 1968, p. 55).

Por outro lado, na sociedade que se urbaniza, a simultaneidade “se intensifica, se densifica” e “as capacidades do encontro e da associação se reafirmam” (Idem, p. 86). Não é somente a tecnologia das redes sociais que possibilita a mobilização das massas, mas a própria situação dos habitantes do urbano, apesar das separações e segregações dominantes, que possibilita o encontro, a simultaneidade e a reunião.

Nesse contexto, a disputa pelo centro (político, econômico e informacional), representado pela idéia de cidade (global)¹⁵, é um elemento fundamental da estratégia espacial, seja das classes dominantes, seja das camadas pauperizadas da classe trabalhadora. A disputa pelo centro é elemento de “desvio que contribui para o direito à cidade” (LEFEBVRE, 1968, p. 107). Nessa disputa, que pode definir que tipo de urbanização será predominante no futuro, ao poder concentrado da classe hegemônica se contrapõe a capacidade (espontânea) de mobilização das “massas”, elemento que surpreende, por sua magnitude e simultaneidade geográfica, analistas, meios de comunicação, dirigentes, políticos etc.

Diversos movimentos sociais¹⁶ e as “massas” de indignados conhecem o valor da apropriação do espaço público como tática de conferir visibilidade às suas demandas. Segundo Mitchell (2003), o direito à cidade é uma demanda que tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual seja visível. Badiou (2012), por sua vez, confere capital importância à “localização” das manifestações e

¹⁴ Estima-se que o desemprego entre os jovens nos países mais afetados pela crise econômica na zona do euro esteja entre 35% e 40%. Nos Estados Unidos, além dos 11,5 milhões de pessoas formalmente desempregados em julho de 2013, estima-se que cerca de 2 milhões deixaram de buscar emprego e outros 8,2 milhões trabalham sob regime de tempo parcial, por falta de opção. No caso brasileiro, Antunes e Braga (2013) apresentam números pouco alentadores: 94% dos empregos criados nos últimos 10 anos no mercado formal de trabalho recebiam remuneração de até 1,5 salário mínimo. Desse total, 60% foi ocupado por jovens entre 18 e 28 anos.

¹⁵ De acordo com Lefebvre (1993, p.111), a “cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações.”

¹⁶ Ver, por exemplo, o texto “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo” do Movimento Passe Livre – São Paulo (2013).

levantes para seu sucesso (ainda que provisório). Para aquele autor, quando um movimento de protesto se restringe ao local no qual seus participantes vivem, ele se detém em sua forma imediata. “É apenas quando ele [o movimento] constrói – mais comumente no centro da cidade – um novo local, onde ele se prolonga e se estende, é que se transformar em um levante histórico” (BADIOU, 2012, p. 23).

De acordo com Lefebvre (1970, p. 127), a “revolução urbana” e a democracia concreta coincidem. Pela via da *prática urbana*, a dos grupos e das classes, a contestação e o protesto espontâneo pode transformar-se em reivindicação.

As grandes manifestações e revoltas dos últimos anos (período que coincide com a crise capitalista) têm lugar em países “desenvolvidos”, “emergentes”, “financeiramente quebrados” ou “bem sucedidos”. Não é apenas uma reação à falta de empregos ou à recessão. A pauta de reivindicações é variada e responde a demandas específicas de sociedades distintas, mas “o que une esses protestos é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual” (ZIZECK, 2013, p. 104).

Ainda de acordo com Zizeck, “o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista” (ZIZECK, 2013, p. 104). Nesse sentido, as manifestações, guardadas as particularidades dos contextos nacionais e locais, possuem como elementos gerais comuns a luta contra a expansão do reino do mercado, fortalecido pela desregulamentação e maior liberalização do capital financeirizado, combinada com o aumento do funcionamento autoritário do poder político (nos melhores casos justificado pela democracia representativa e pelo monopólio do “saber” da tecnoburocracia) e ao enclausuramento (ou mesmo tentativa de supressão) do espaço público, à segregação sócio-espacial – que se materializa nos condomínios fechados, shopping centers, centros de negócios e na periferização dos mais pobres, virtualmente impedidos de terem acesso ao que a cidade pode oferecer-, bem como à histórica e contínua precarização do mercado de trabalho e dos serviços públicos.

Dessa forma, as grandes manifestações, protestos e levantes populares que tiveram lugar nos últimos anos não são apenas reflexo de uma crise econômica conjuntural, mas se inserem em um contexto mais amplo de “urbanização da sociedade” guiada pela lei do valor, e reivindicam, contra o domínio do capital e da classe hegemônica, transformações sociais, políticas e econômicas. Reafirmar continuamente o que os protestos em diferentes sociedades possuem em comum é elemento fundamental para garantir maior força para

estratégia espacial global de união da grande massa de prejudicados pela marcha dessa “revolução urbana” dominada pelas leis de acumulação do valor.

O modo de produção capitalista mudou, mas é, em essência, o mesmo: baseia-se na acumulação possibilitada pela desigualdade de condições entre os detentores e/ou gestores dos meios de produção e a grande massa de trabalhadores, formais ou informais. No entanto, a sociedade também mudou, e talvez tenha mudado também em sua essência (ao contrário do capital): trata-se de uma “sociedade urbana”, na qual há maior possibilidade do encontro, da reunião, da propagação de ideias e de mobilização das massas. A mobilização e o “gesto formal inicial de rejeição” (ZIZECK, 2012, p.83) abrem o espaço para a elaboração de novo conteúdo propositivo.

Nesse sentido, de acordo com Badiou (2012), para que as manifestações e revoltas populares possam crescer e alcançar magnitude histórica haveria necessidade de organização daqueles que protestam em torno do que ele chama de uma “Ideia”: “se os levantes são o sinal do renascimento da História, eles devem, portanto, ser consistentes com uma Ideia” (BADIOU, 2012, p. 20). E por que não, em contexto de uma revolução urbana mundial, guiada pelos pressupostos neoliberais da lei do valor, das privatizações (da economia, do espaço público, da vida etc.), concentração de renda e precarização do trabalho, assumir como plataforma comum e internacional a luta pelo “direito à cidade”?

Um direito à cidade que não seja somente “um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas...Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito” (HARVEY, 2013, p. 33). Dirigir, dessa forma, a potência criativa do urbano para fins mais inclusivos, com uma cidade “baseada não apenas em uma ordenação diferente de direitos, mas em práticas político-econômicas” (Idem). Ao se transformar a cidade, no sentido de sua apropriação como obra, abre-se a possibilidade de transformação tanto da ordem próxima quanto a da ordem distante, tendo em conta seu papel de mediação (LEFEBVRE, 1968, p.44). Nesse sentido, faz-se mais do que nunca consolidar a Ideia de que “cidade não é só o palco das lutas, mas é também aquilo pelo que se luta” (BRITO & OLIVEIRA, 2013, p. 69).

Retirar a cidade da esfera da alienação à qual somos submetidos pela “sociabilidade do capital”¹⁷ (IASI, 2013, p. 42) requer, como propôs Lefebvre, recolocar o valor de uso acima do valor de troca, reapropriar o urbano e construir (coletivamente) o meio em que

¹⁷ Badiou (2012, p. 20) refere-se à principal alienação do capitalismo lembrando a famosa fórmula proposta por Marx: “Le mort saisit le vif”. Ou seja, as coisas, (produtos do trabalho) dominam os vivos (seus produtores). A cidade capitalista é um grande produto que domina seus construtores, impedidos de se apropriarem de seu produto.

vivemos como obra, recuperando a cidade como bem “comum” e não mais como fragmentos privados. Para a “racionalidade tecnoburocrática” trata-se de proposta “economicamente inviável”. Entretanto, para aqueles que desejam uma realidade menos autoritária, desigual, violenta e alienante, aqueles que através dos protestos, manifestações e levantes passam a ser visíveis e a “existir” em um novo mundo possível (BADIOU, 2012), trata-se, em primeiro lugar, de recuperar a Utopia do urbano.

STRATEGIC URBAN SPACE POSSIBLE: (AGAINST) TIMES THE RIGHT TO THE CITY

Abstract: The theme of this article is the relationship between the capitalist mode of production and the urbanization of society. Its aim is to interpret, from the notions of “urban revolution” and “right to the city”, proposed by Henri Lefebvre, some urban transformations in the context of crises and restructuration of the capitalist mode of production, restructuration that has important relations with society, politics, space, culture and everyday life. In this sense, it will be discussed the role of the city as a mediation between a distant order (of the global capital and the State) and an immediate order (of everyday life and interpersonal relations), considering the possibility of the reemerging of the city as an strategic place of the struggle for another possible reality (utopia), possibility that is opened by the urbanization of society and by the crises of capitalism.

Key-words: Right to the city, urbanization, capitalism, utopia.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy. “Los dias que conmovieron a Brasil. Las rebeliones de junio-julio de 2013”. In: *Herramienta - Revista de debate y crítica marxista*, n. 53, Año XVII, Buenos Aires, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo : Editora UNESP, 1996.

BADIOU, Alain. *The Rebirth of History: Times of Riots and Uprisings*. London/New York: VERSO, 2012.

BRENNER, Neil, MARCUSE, Peter & MAYER, Margit. *Cities for People, Not for Profit*. London and New York: Routledge, 2012.

BRITO, Felipe & OLIVEIRA, Pedro Rocha de. “Territórios Transversais”. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. “São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro”. In: CARLOS, A. F. A. & Oliveira, A. U. de (orgs.). *Geografias de São Paulo: A metrópole do século XXI*. São Paulo, Contexto, 2004, pp. 51-83.

CHESNAIS, François. “A Emergência de um Regime de Acumulação Financeira”, In: *Praga – Estudos Marxistas*, n. 3, São Paulo, Hucitec, 1997.

CHOAY, Françoise. “El Reino de lo Urbano y la Muerte da la Ciudad”. In: Ramos, A. M. (org.). *Lo Urbano*. Barcelona: Upc, pp. 61-72, 2004.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

_____. “Estrada de metal pesado”. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe operária na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FINANCIAL CRISIS INQUIRY COMISSON. *The financial crisis inquiry report*. New York: Public Affairs, 2011.

HALL, Peter. HALL, P. (1996). *Ciudades del Mañana – Historia del urbanismos en el siglo XX*. Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

_____. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. In: *Espaço & Debates*, n. 39, NERU, 1996, p. 48-64.

_____. *Paris: Capital of Modernity*. New York: Routledge, 2005.

_____. *Una Geografía Urbana Posible*. Buenos Aires, Edhasa, 2007.

_____. *The Enigma of Capital: And the Crises of Capitalism*. New York: Oxford University Press; kindle edition, 2011.

_____. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London, New York: VERSO, 2012.

_____. “A liberdade da cidade”. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IASI, Mauro Luis. “A rebelião, a cidade e a consciência”. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *Le Droit à la Ville*. Paris: Economica, 1968 (3ª ed. 2009).

_____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

_____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARICATO, Ermínia. “É a questão urbana, estúpido!”. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, Karl. *O Capital*, Livro 1, vol.I e II e Livro 3, Vol. IV e V. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, ed. bras. 1989.

MITCHELL, Don. *The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space*. New York/London: The Guilford Press, 2003.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SASSEN, Saskia. *Los espectros de la globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

SEABRA, Odete. Pensando o processo de valorização e a geografia. Boletim Paulista de Geografia, n. 66. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1988, pp. 97-103.

SOJA, Edward. *Geografias pós - modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

VAINER, Carlos. “Quando a cidade vai às ruas”. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

WACQANT, Loc. *Los condenados de la ciudad – Gueto, periferias y Estado*. Buenos Aires, Siglo XXI Argentina, 2007.

2007.

ZIZECK, Slavoj. *The Year of Dreaming Dangerously*. London/New York: VERSO, 2012.

_____. “Problemas no Paraíso”. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SOBRE O AUTOR

ADRIANO BOTELHO - É Economista pela FEA-USP e Bacharel em Geografia pela PUC-SP. Mestre e Doutor em Geografia Humana pela FFLCH-USP, com interesse em Geografia Urbana e Geografia Econômica. Exerce atualmente função de diplomata no Ministério das Relações Exteriores.

Recebido para avaliação em 21 de Setembro de 2013

Aceito para publicação em 05 de Dezembro de 2013